

Brasília, 1º de setembro de 2005

Carta PR 234/2005

Exmo. Sr.

Senador Delcídio Amaral (PT/MS)

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Correios

Brasília/DF

Senhor Presidente,

A imprensa divulgou recentemente o apoio de parlamentares à contratação de auditoria privada para auxiliar o trabalho das CPIs em andamento no Congresso, na análise de documentos, notas fiscais e dados bancários.

A propósito dessa manifestação, o Unafisco Sindical esclarece a V. Exa. que a **auditoria das informações** sobre as pessoas envolvidas nas investigações das comissões de inquérito é uma **atividade exclusiva de Estado**, pois envolve dados protegidos pelos sigilos fiscal e bancário. Essa atividade é **atribuição privativa dos auditores-fiscais da Receita Federal**, aos quais compete apurar os ilícitos em tela como objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações tributárias dos envolvidos.

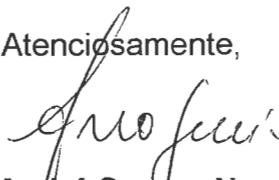
A categoria dos auditores-fiscais da Receita Federal possui uma luta histórica na defesa da democracia, da moralidade e no combate à sonegação e à corrupção. Nas investigações feitas pela CPI do “esquema PC Farias” e do governo Collor, em 1992, os auditores-fiscais da Receita Federal tiveram um papel importante na celeridade e na efetiva punição dos culpados. Na época, a SRF disponibilizou cerca de 60 auditores-fiscais para trabalhar nas investigações, contribuindo de forma relevante com a CPI para a apuração dos fatos.

Todo o esquema de “caixa dois” denunciado na época foi objeto de apuração pela SRF, resultando em vultosos lançamentos e exigências de tributos, além das representações para o Ministério Público iniciar a ação penal. Basta lembrar que Paulo César Farias foi preso por crime de sonegação fiscal.

Na época, a SRF exerceu seu papel de órgão de Estado, mostrando à sociedade a sua importância e independência em relação ao governo de plantão e em relação às autoridades públicas envolvidas no esquema.

A disposição da nossa categoria permanece inalterada: defesa da legalidade, conscientes de nossa responsabilidade e de nossa autoridade de servidores de Estado, estamos prontos a exercer nossas atribuições privativas.

Atenciosamente,



Carlos André Soares Nogueira

Presidente